

CONCLUSÕES DA XXXIII REUNIÃO DE PRIMAVERA

Tema: "Pastagens e Forragens, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural"

Elvas, 2 a 4 de Maio de 2011

- Nos últimos 50 anos, verificaram-se acentuadas alterações na ocupação das terras, salientando-se o aumento das pastagens permanentes e a redução da área de cereais. Hoje perto de 60% da Superfície Agrícola Utilizada é ocupada com prados permanentes ou com cultivos forrageiros temporários. Simultaneamente, verificou-se o aumento do efetivo bovino e a redução dos pequenos ruminantes.
- Não obstante o aumento acentuado da produção animal entre 1980 e 2011, o complexo herbívoro, no global, tem um contributo de cerca de 10% para o saldo negativo da balança comercial portuguesas. Para tal contribui a produção de alimentos concentrados para animais herbívoros, que representa cerca de 50% do valor dos consumos intermédios da agricultura.
- Associadas às afirmações anteriores, duas problemáticas centrais da sociedade portuguesa atual são: a produção competitiva de bens alimentares e o ordenamento do território, sendo imperativa a ancoragem do desenvolvimento nesse território.
- O incremento das atividades produtivas e a sua relação com o desenvolvimento do território deve recorrer à inovação de modelos de gestão, não sendo sempre fundamental ser o avanço tecnológico a solução para os problemas. Como exemplo destas estratégias podemos referir o valor e importância do conhecimento tradicional sobre algumas espécies vegetais na sanidade e controlo de doenças dos animais com vantagens de natureza económica, saúde pública e ambiente.
- Na perspetiva da implementação de um novo quadro de apoio comunitário, claramente vocacionado para responder a preocupações de cariz ambiental

e de preservação dos recursos naturais, as pastagens e forragens (com destaque para as pastagens permanentes) têm pleno enquadramento numa série de objectivos temáticos e correspondentes ações-chave, que irão ser implementadas pelos vários Estados-membros, no período de programação 2013-2020 que se encontra em fase final de negociação.

- A mitigação das alterações climáticas, a protecção da biodiversidade e dos recursos naturais, designadamente do solo e da água, o sequestro de carbono e o aumento do teor em matéria orgânica dos solos do País, são objectivos a prosseguir e, neste âmbito, as pastagens têm um papel fundamental e até mesmo insubstituível.

- Nas propostas para a nova PAC quatro objetivos estão relacionados com a agricultura: (1) Promover a competitividade das PME (do setor agrícola); (2) Apoiar a transição para uma economia de baixo carbono; (3) Promover a adaptação às alterações climáticas e a preservação e gestão de riscos, e (4) Proteger o ambiente e promover o uso eficiente dos recursos, designadamente o solo e a água. Destes quatro objetivos os três últimos estão profundamente relacionados com as pastagens.

- A definição de “prados permanentes” é fundamental para a quantificação da área elegível para atribuição de pagamentos. O “greening” representando cerca de 30% dos pagamentos diretos, é um eixo importante na nova PAC e as regras para a sua operacionalização estão intimamente relacionadas com o objeto de estudo da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens.

- Muito embora o recente conceito do “greening” pareça ter sido desenhado à medida da agricultura portuguesa de cariz mediterrânico, há algumas especificidades a salvaguardar, por forma a garantir níveis adequados de densidade populacional e de controle social nos territórios que suportam os sistemas agro-pecuários ou agro-silvopastoris extensivos que, por regra, correspondem a zonas interiorizadas e deprimidas do ponto de vista económico e social.

- Do ponto de vista das organizações de agricultores presentes (nesta última sessão), há matérias importantes ainda por decidir em sede de negociações comunitárias, como é o caso do regadio, do desligamento das ajudas ao sub-sector bovino, matérias estas que deverão ser devidamente salvaguardadas, por forma a assegurar acréscimos de produção onde tal seja possível e não coloque em risco a sustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos.

- Neste contexto e sendo a SPPF uma associação interprofissional, compete-lhe acompanhar e participar nestes desafios, os quais implicam a necessidade de incorporar o saber técnico-científico e o conhecimento especializado no suporte à programação e decisão, bem como na posterior implementação territorial das políticas públicas de aplicação das medidas e acções de desenvolvimento que venham a ser decididas.

- É, por isso, este um momento para a SPPF manifestar às instituições competentes e disponibilizar-se como interlocutor privilegiado no apoio à definição e implementação de conceitos e regras da nova PAC.

A Direção da SPPF